

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 02.860.694/0001-62

NIRE 35.300.184.645

**MANUAL DE PARTICIPAÇÃO E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Data: 25 de abril de 2025

Horário: 17:00 horas

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 02.860.694/0001-62

NIRE 35.300.184.645

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2025

ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	7
INFORMAÇÕES GERAIS.....	12
ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	19
ANEXO II – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	37
ANEXO III – INFORMAÇÕES DO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....	38
ANEXO IV – JUSTIFICATIVAS E IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES AO ESTATUTO SOCIAL	
ANEXO V – ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO CONTENDO AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS	

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 02.860.694/0001-62

NIRE 35.300.184.645

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas da **T4F ENTRETENIMENTO S.A.**, companhia aberta, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cristiano Viana, nº 401, 15º andar, Pinheiros, CEP 05411-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.184.645 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 02.860.694/0001-62, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2245-4 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º a 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 25 de abril de 2025, às 17:00 horas, por meio da plataforma digital *Ten Meetings* ("**Plataforma Digital**" e "**AGOE**", respectivamente), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) tomada das contas dos administradores da Companhia, e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração da Companhia e o relatório dos auditores independentes da Companhia;
- (ii) fixação do número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato;
- (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e
- (iv) fixação do limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado 31 de dezembro de 2025.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) aprovação do grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 10 (dez) ações para 1 (uma) ação, sem modificação do valor do capital social, mas tão somente do número total de ações ("Grupamento");
- (ii) alteração do artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, que trata sobre o capital social, para refletir o novo número de ações em que se dividirá o capital social da Companhia, em decorrência do Grupamento,
- (iii) alteração do artigo 6º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, que trata sobre o capital autorizado, para atualizar o limite do número de ações que poderão ser emitidas pela Companhia por autorização do Conselho de Administração;

- (iv) alteração do artigo 17, caput e parágrafo terceiro, bem como a exclusão dos artigos 22 e 24, e alteração dos artigos 25 e 26 do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de alterar a denominação de determinados cargos da Diretoria e ajustar as regras de representação da Companhia; e
- (v) renumerar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as alterações mencionadas nos itens (ii) a (iv) acima, se aprovadas.

Instruções e Informações Gerais:

A participação dos acionistas na AGOE poderá ser pessoal, por representante, ou por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações – em ambos os casos, via Plataforma Digital, conforme autorizado pelo artigo 124, §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações e pelo artigo 28, §3º, da Resolução CVM 81 – ou, ainda, via envio de boletim de voto a distância, conforme modelo disponível nos websites da Companhia (ri.t4f.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). (“**Boletim de Voto**”).

Nos termos do artigo 5º, §4º, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que entende mais adequado realizar a presente AGOE de modo exclusivamente digital, de modo a fomentar a participação de seus acionistas residentes em locais que não a sede da própria Companhia, em linha com a prática adotada pela Companhia em suas últimas assembleias, as quais contaram com quórum expressivo de participação.

Nos termos do artigo 5º, inciso I, da Resolução CVM 81, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5%, conforme disposto na Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 70**”), devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 horas antes da AGOE, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A.

Em atenção ao art. 5º, I-A, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário à solicitação de instalação do Conselho Fiscal é 2%, nos termos do artigo 161, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 70.

Para participação via Plataforma Digital

Os acionistas que desejarem participar da AGOE por meio da Plataforma Digital, observados os procedimentos descritos no Manual de Participação e Proposta da Administração, datado de 25 de março de 2025, para a AGOE pela Companhia (“**Manual de Participação e Proposta da Administração**”), deverão acessar o endereço: <https://assembleia.ten.com.br/302495090>, em até em até 2 dias de antecedência da data da AGOE, ou seja, até o dia 23 de abril de 2025, conforme prazo previsto no artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81, preencher o seu cadastro e anexar cópias dos seguintes documentos:

Acionista Pessoa Física: documento de identidade com foto*.

Acionista Pessoa Jurídica: (i) versão mais atual do estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (ata de eleição dos diretores e/ou procuração**); e (ii) documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is) do acionista*; e

Acionista Fundo de Investimento: (i) regulamento consolidado atualizado do fundo de investimento; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração**); e (iii) documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento*.

Representante: (i) documento de identidade com foto do representante*.

* Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

** Os instrumentos de mandato deverão ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano.

A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do Código Penal.

Os acionistas que não realizarem o cadastro na Plataforma Digital no prazo acima referido não poderão participar da AGOE por meio de videoconferência, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81.

Boletim de Voto a Distância

O acionista que optar por exercer seu direito de voto por meio do Boletim de Voto poderá: (a) preencher os Boletins de Voto, conforme orientações de preenchimento neles constantes; e (b) enviá-los: (i) às instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia (caso prestem esse tipo de serviço); (ii) ao escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja o Banco Bradesco S.A., conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação e Proposta da Administração; (iii) ao depositário central no qual as ações da Companhia estejam depositadas (a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão); ou (iv) diretamente à Companhia, por via e-mail ou pela Plataforma Digital, até o dia 21 de abril de 2025 (ou seja, 4 (quatro) dias antes da data da AGOE), conforme instruções contidas no Boletim de Voto e no Manual de Participação e Proposta da Administração, e indicadas abaixo:

Boletim de Voto via e-mail:

- i. impressão do arquivo PDF disponibilizado pela Companhia no site de RI;
- ii. preenchimento de todos os campos de forma legível, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do acionista e o número do CPF/MF ou CNPJ/MF, bem como a indicação de endereço de e-mail para eventuais contatos;
- iii. rubrica de todas as páginas do Boletim de Voto;
- iv. assinatura ao final do Boletim de Voto do acionista ou de seu representante legal, conforme o caso e nos termos da legislação vigente, e
- v. envio do Boletim de Voto, acompanhado das documentações necessárias, conforme indicadas acima, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia via e-mail: ri@t4f.com.br.

Boletim de Voto Digital:

- i. acesso ao seguinte endereço eletrônico para o cumprimento das próximas etapas: <https://assembleia.ten.com.br/302495090>;
- ii. cadastro com as documentações necessárias, conforme indicadas acima;
- iii. preenchimento dos campos de opções de voto na aba BVD; e
- iv. confirmação do voto.

Os acionistas que não enviarem o Boletim de Voto no prazo indicado acima não terão seus votos conferidos por meio de Boletim de Voto computados na AGOE, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81.

Avisos

- i. é recomendado ao acionista que se conecte com no mínimo 30 minutos de antecedência, pois não será permitido a entrada após o início da AGOE;
- ii. eventuais esclarecimentos, inclusive sobre o acesso e utilização da Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia aos seus acionistas, poderão ser obtidos no site de Relações com Investidores (<https://ri.t4f.com.br>), ou por intermédio do endereço eletrônico ri@t4f.com.br
- iii. o acesso à AGOE será restrito aos acionistas e seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo e modo fixados neste Edital de Convocação. A Companhia ressalta que não serão aceitos cadastros, envio de novos documentos, ou mesmo reapresentações, após o encerramento do prazo previsto para cadastro. Sendo assim, é recomendado ao acionista ou representante que utilize de uma margem de **3 dias de antecedência** do encerramento do prazo para a realização do cadastro com a apresentação de toda a documentação solicitada. Dessa forma, em caso de pendências, o acionista ou representante terá mais tempo hábil para realizar as correções necessárias.
- iv. Todos os documentos relativos à ordem do dia da AGOE estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, podendo também ser consultados nos websites da Companhia (ri.t4f.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 25 de março de 2025.

Fernando Luiz Alterio
Presidente do Conselho de Administração

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 02.860.694/0001-62
NIRE 35.300.184.645

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2025

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da **T4F ENTRETENIMENTO S.A.** (“**Companhia**” e “**Administração**”, respectivamente) apresenta a seguir a sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 25 de abril de 2025, às 17:00 horas, de modo virtual, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**” e “**AGOE**”, respectivamente).

Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

- (i) **Tomada das contas dos administradores da Companhia, e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração da Companhia e o relatório dos auditores independentes da Companhia.**

A Administração propõe a V.Sas. a aprovação das contas dos administradores da Companhia, e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da Administração, o relatório dos auditores independentes da Companhia, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 21 de março de 2025.

Considerando que não houve lucro a ser destinado aos acionistas da Companhia, a Companhia está dispensada da apresentação das informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81, conforme decisão do Colegiado da CVM de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM nº RJ2010-14687). Vale notar que a Grant Thornton, empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu parecer sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Ademais, a Administração recomenda a V.Sas. que examinem detalhadamente as demonstrações financeiras da Companhia, o relatório da Administração, as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes da Companhia, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V.Sas. nos *websites* da Companhia (ri.t4f.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (www.b3.com.br).

De acordo com o disposto no artigo 10, inciso III, da Resolução CVM 81, a Companhia informa a V.Sas. que os comentários dos administradores da Companhia sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do item 2 do formulário de referência, elaborado na forma do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Formulário de Referência**”), estão

previstos no **Anexo I** desta proposta da Administração para a AGOE (“**Proposta da Administração**”).

(ii) Fixação do número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato

O Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho de Administração será composto por um mínimo de 5 (cinco) e um máximo de 9 (nove) membros, sendo que, no mínimo, 2 (dois) conselheiros ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia, o que for maior dentre os dois critérios, deverão ser considerados como independentes pela assembleia.

A Administração propõe a V.Sas. que o Conselho de Administração da Companhia seja composto por 5 (cinco) membros efetivos para o mandato de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária de 2027, que deliberará sobre contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026.

Caso haja a solicitação de acionistas que ocasione a cumulação dos procedimentos de voto múltiplo e de voto em separado e, a depender da efetiva presença e alocação dos votos, o Conselho de Administração poderá ser composto por até 7 (sete) membros.

(iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia

A Administração propõe a V.Sas a eleição da chapa composta pelos seguintes membros para o Conselho de Administração da Companhia: Srs. Fernando Luiz Alterio, Raphael Martins Villela, Rodolpho Estevan Pierre Meschgrahw, Marcos Shigueru Hatushikano e pela Sra. Carla Gama Alves.

A Companhia esclarece que seu Conselho de Administração recebeu dos Sr. Marcos Shigueru Hatushikano e a Sra. Carla Gama declaração de que são independentes nos termos do art. 16, §1º, do Regulamento do Novo Mercado e do art. 6º, §§1º e 2º, do Anexo K da Resolução CVM 80. O Conselho de Administração reviu tais declarações e concordou com a qualificação de tais candidatos como membros independentes para os fins acima.

Em cumprimento à Resolução CVM 81, o **Anexo II** desta Proposta contém as informações mínimas previstas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia, com relação aos candidatos indicados pela administração da Companhia.

(iv) Fixação do limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado 31 de dezembro de 2025.

A Administração propõe a V.Sas. a aprovação do limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia (isto é, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia), bem como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de até R\$5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais), sendo (i) até R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) referente aos membros do Conselho de Administração; (ii) até R\$3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais) referente aos membros da Diretoria; e (iii) até R\$200.000,00 (duzentos mil reais) referente aos membros do Conselho Fiscal.

A remuneração ora proposta considera as despesas de remuneração correspondentes aos administradores e membros do Conselho Fiscal para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. As informações sobre a remuneração dos administradores na forma do item 8 do Formulário de Referência, conforme previsto no artigo 13 da Resolução CVM 81, constam do **Anexo III** à presente Proposta.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) aprovação do grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 10 (dez) ações para 1 (uma) ação, sem modificação do valor do capital social, mas tão somente do número total de ações**

A Administração propõe a V.Sas. a aprovação da proposta de grupamento da totalidade das atuais 67.412.629 (sessenta e sete milhões quatrocentas e doze mil seiscentas e vinte e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na proporção de 10 (dez) ações para 1 (uma) ação, sem modificação do valor do capital social, mas tão somente do número total de ações, de modo que o capital social da Companhia permanecerá no valor de R\$ 243.022.170,40 (duzentos e quarenta e três milhões, vinte e dois mil, cento e setenta reais e quarenta centavos), passando a ser dividido em 6.741.262 (seis milhões, setecentas e quarenta e uma mil, duzentas e sessenta e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Grupamento de Ações"), nos termos do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações.

A Administração esclarece que o Grupamento de Ações tem como principal objetivo enquadrar a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia em valor igual ou superior a R\$1,00 (um real), por unidade, em atendimento ao artigo 46 do Regulamento de Emissores da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Nesse sentido, a administração informa que serão adotados os seguintes procedimentos para a implantação do Grupamento, se aprovado, os quais serão objeto de divulgação pela Companhia, mediante publicação de Fato Relevante após a aprovação do grupamento pela AGOE:

- a) a partir da data de aprovação do Grupamento de Ações pela AGE, será concedido prazo de 30 (trinta) dias para que os acionistas, a seu livre e exclusivo critério, ajustem suas posições acionárias, em lotes múltiplos de 10 (dez) ações, mediante negociação privada ou no ambiente da B3, de modo que as ações de sua titularidade não gerem frações após a efetivação do Grupamento de Ações ("Prazo para Livre Ajuste de Posições");
- b) as ações representativas do capital social da Companhia passarão a ser negociadas exclusivamente sob a forma grupada no primeiro pregão após o encerramento do Prazo para Livre Ajuste de Posições;
- c) após o encerramento do Prazo para Livre Ajuste de Posições, as frações de ações detidas por acionistas que não tenham ajustado sua posição para múltiplos de 10 (dez) ações serão agrupadas em números inteiros e vendidas em leilão, a ser realizado na B3 em nome dos titulares das frações ("Leilão");
- d) o Leilão observará as regras previstas no Manual de Procedimentos Operacionais de Negociação da B3; e
- e) o produto líquido resultante da alienação dessas ações será rateado e distribuído proporcionalmente entre todos os titulares das frações de ações, em data e forma a serem oportunamente informados pela Companhia.

Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o Grupamento de Ações, se aprovado, não resultará na modificação do valor total do capital social ou nos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares, nos termos do artigo 12, da Lei das Sociedades por Ações, e não alterará a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia.

Além disso, a administração propõe que os acionistas autorizem a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à consumação do Grupamento de Ações.

(ii) alteração do artigo 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia, que trata sobre o capital social, para refletir o novo número de ações em que se dividirá o capital social da Companhia, em decorrência do Grupamento de Ações

Caso aprovado o Grupamento, a Administração propõe a V.Sas. a alteração do artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, que trata sobre o capital social, para refletir o novo número de ações em que se dividirá o capital social da Companhia, em decorrência do Grupamento, permanecendo o capital social no valor de R\$ 243.022.170,40 (duzentos e quarenta e três milhões, vinte e dois mil, cento e setenta reais e quarenta centavos), passando a ser dividido em 6.741.262 (seis milhões, setecentas e quarenta e uma mil, duzentas e sessenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em atendimento ao artigo 12, inciso II, Resolução CVM 81, o **Anexo IV** à presente Proposta contém o quadro comparativo com todas as alterações ao Estatuto Social ora propostas, em marcas de alteração sobre a redação atual do Estatuto Social em vigor, acompanhadas de análise de sua origem e efeitos jurídicos.

(iii) alteração do artigo 6º, caput, do Estatuto Social da Companhia, que trata sobre o capital autorizado, para atualizar o limite do número de ações que poderão ser emitidas pela Companhia por autorização do Conselho de Administração

Caso aprovado o Grupamento, a Administração propõe a V.Sas. a alteração do artigo 6º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, que trata sobre o capital autorizado, para atualizar o limite do número de ações que poderão ser emitidas pela Companhia por autorização do Conselho de Administração em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações.

Em atendimento ao artigo 12, inciso II, Resolução CVM 81, o **Anexo IV** à presente Proposta contém o quadro comparativo com todas as alterações ao Estatuto Social ora propostas, em marcas de alteração sobre a redação atual do Estatuto Social em vigor, acompanhadas de análise de sua origem e efeitos jurídicos.

(iv) alteração do artigo 17, caput e parágrafo terceiro, bem como a exclusão dos artigos 22 e 24, e alteração dos artigos 25 e 26 do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de alterar a denominação de determinados cargos da Diretoria e ajustar as regras de representação da Companhia

A Administração propõe a V.Sas. que sejam aprovadas as alterações ao Estatuto Social da Companhia, as quais encontram-se detalhadas no **Anexo IV** à presente Proposta e englobam os seguintes aspectos:

- a) a alteração do artigo 17, *caput* e parágrafo terceiro, bem como a exclusão dos artigos 22 e 24 do Estatuto Social da Companhia, de modo a adequar as previsões estatutárias à atual estrutura de governança, excluindo os cargos facultativos da Diretoria (*i.e.*, de Diretor de Conteúdo e Diretor de Operações) e mantendo a competência do Conselho de Administração em relação a delegação de atribuições e cargos quando da eleição dos demais diretores; e
- b) a alteração dos artigos 25 e 26 do Estatuto Social da Companhia, para refletir nas disposições aplicáveis à representação da Companhia a possibilidade de a Diretoria ser composta por apenas 1 (um) diretor, nos termos previstos no artigo 143 da Lei das Sociedades por Ações, além da renumeração dos artigos considerando as demais alterações propostas.

Em atendimento ao artigo 12, inciso II, Resolução CVM 81, o **Anexo IV** à presente Proposta contém o quadro comparativo com todas as alterações ao Estatuto Social ora propostas, em marcas de alteração sobre a redação atual do Estatuto Social em vigor, acompanhadas de análise de sua origem e efeitos jurídicos.

- (v) **renumerar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as alterações mencionadas nos itens (ii) a (iv) acima, se aprovadas.**

A administração propõe, por fim, a renumeração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, refletindo as propostas de alterações descritas nos itens (ii) a (iv) acima, se aprovadas pelos acionistas.

Em atendimento ao artigo 12, inciso I, Resolução CVM 81, o **Anexo V** à presente contém a cópia do Estatuto Social consolidado contendo, em destaque, as alterações propostas.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 02.860.694/0001-62

NIRE 35.300.184.645

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2025

INFORMAÇÕES GERAIS

1 Instalação da AGOE

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**AGOE**") instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo: (i) 1/4 (um quarto), nos termos do artigo 125, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, em relação às matérias da Assembleia Geral Ordinária e ao Grupamento de Ações; e (ii) 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto da Companhia, nos termos do artigo 135, *caput*, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), em relação às propostas de alteração ao Estatuto Social da Companhia em sede de Assembleia Geral Extraordinária.

Desta forma, caso estejam presentes acionistas titulares de 1/4 (um quarto) ou mais do capital social total com direito a voto da Companhia, mas em número inferior a 2/3 (dois terços) do capital social total com direito a voto da Companhia, a AGOE estará instalada, ficando, no entanto, prejudicada a deliberação sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social em sede de Assembleia Geral Extraordinária, sendo necessária nova convocação por meio de edital a ser publicado com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, II, da Lei das Sociedades por Ações, para deliberar sobre essa matéria específica. Em segunda convocação, a Assembleia instalar-se-á com a presença de qualquer número de acionistas.

1 Orientações para participação dos acionistas na AGOE

A participação dos acionistas na AGOE poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações – em ambos os casos, por meio da plataforma digital *Ten Meetings* ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**") –, ou por meio dos mecanismos de votação à distância.

1.1 Participação por meio da Plataforma Digital

A fim de participar e votar por meio de plataforma digital, o acionista deverá realizar o cadastro na plataforma digital *Ten Meetings* (via link <https://assembleia.ten.com.br/302495090>), com até 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, **até dia 23 de abril de 2025**.

Para tanto, o acionista deverá (i) preencher todas as informações solicitadas na plataforma; e (ii) enviar os documentos indicados abaixo.

O acesso à AGOE via plataforma digital *Ten Meetings* está restrito aos acionistas que se credenciarem dentro do referido prazo e conforme os procedimentos acima.

Os seguintes documentos são de envio obrigatório pelo acionista para viabilizar a sua participação na AGOE, conforme o caso:

Acionista Pessoa Física: documento de identidade com foto*.

Acionista Pessoa Jurídica: (i) versão mais atual do estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (ata de eleição dos diretores e/ou procuração**); e (ii) documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is) do acionista*; e

Acionista Fundo de Investimento: (i) regulamento consolidado atualizado do fundo de investimento; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração**); e (iii) documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento*.

Representante: (i) documento de identidade com foto do representante*.

* Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

** Os instrumentos de mandato deverão ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano.

O acionista que desejar ser representado por procurador deverá enviar à Companhia seus respectivos instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Conforme entendimento do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578), os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados na AGOE por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade representada e conforme as regras do Código Civil ou da Lei das Sociedades por Ações, a depender do tipo societário do acionista, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

A Companhia exige o reconhecimento de firma em procurações, bem como a notariação e consularização ou apostilamento e tradução juramentada no caso de procurações outorgadas no exterior.

Quando efetuarem os cadastros, tanto acionistas, quanto representantes, conforme o caso, receberão um e-mail informando que a Companhia irá avaliar a solicitação de cadastro. Em caso de aprovação, os acionistas e representantes, conforme o caso, receberão uma confirmação por e-mail de que o cadastro foi aprovado. Em caso de rejeição, receberão um e-mail explicando o motivo da rejeição e, se for o caso, orientando como regularizar o cadastro.

Após cadastrado, o representante poderá acessar ambiente virtual denominado “Painel de Representantes” (via link <https://assembleia.ten.com.br/302495090>). Nesse ambiente ele pode acompanhar a situação da aprovação de cada representado, bem como atualizar suas documentações, ao acessar com o login e senha previamente cadastrado.

O acionista devidamente cadastrado na plataforma digital que participar a distância será considerado presente à AGOE, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, nos termos do artigo 47, parágrafo primeiro, da Resolução CVM 81.

A participação por meio de tal plataforma digital conjugará áudio e vídeo/imagem, sendo que os acionistas que optarem por participar desta forma deverão manter a sua câmera ligada durante o curso da AGOE com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações. A AGO será integralmente gravada.

A Companhia recomenda, ainda, aos acionistas que pretendam solicitar sua participação na AGOE por meio da Plataforma Digital que se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da respectiva plataforma (por vídeo e áudio).

A Companhia também solicita a tais acionistas que acessem a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas no Edital de Convocação e nesta Proposta, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto (conforme definido no item 1.2 abaixo) para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE.

O acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto também poderá se cadastrar para participar da AGOE, desde que o faça de acordo com as orientações (em especial, observância dos prazos e apresentação dos documentos) ora indicadas, hipótese em que tal acionista poderá, a seu critério: (i) simplesmente participar dos trabalhos da AGOE, sem proferir o seu voto; ou (ii) participar dos trabalhos e votar na AGOE por meio da plataforma digital, situação em que as instruções de voto recebidas por meio do Boletim de Voto para tal acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou CNPJ, serão desconsideradas.

A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (como, por exemplo, instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do seu equipamento com a plataforma digital).

1.2 Participação mediante envio do Boletim de Voto

O boletim de voto à distância deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81 ("**Boletim de Voto**"). Nesse caso, é imprescindível que o Boletim de Voto seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número de inscrição no cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da AGOE, as seguintes instruções deverão ser observadas: (i) os campos do boletim deverão estar devidamente preenchidos; e (ii) o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o Boletim de Voto.

Nesse caso, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia, deverá encaminhar o Boletim de Voto devidamente preenchido e assinado, diretamente à Companhia: (a) através de envio de cópia ao e-mail ri@t4f.com.br; ou (b) por meio da plataforma digital Ten Meetings (via link <https://assembleia.ten.com.br/302495090>, após a realização de cadastro, preenchimento dos campos de opções de voto e confirmação do voto). Em ambos os casos, o BVD deverá ser recebido pela Companhia **até 4 (quatro) dias antes da data da AGOE (ou seja, até 21 de abril de 2025)**, e estar acompanhado da seguinte documentação para comprovar a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário:

Acionista Pessoa Física: documento de identidade com foto*.

Acionista Pessoa Jurídica: (i) versão mais atual do estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (ata de eleição dos diretores e/ou procuração**); e (ii) documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is) do acionista*; e

Acionista Fundo de Investimento: (i) regulamento consolidado atualizado do fundo de investimento; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração**); e (iii) documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento*

Representante: (i) documento de identidade com foto do representante*.

* Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

** Os instrumentos de mandato deverão ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista ou à comprovação de sua representação não será considerado válido e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, **até 4 (quatro) dias antes da data da AGOE (ou seja, até 21 de abril de 2025).**

A Companhia exige reconhecimento de firma nos documentos apresentados, bem como a notariação e consularização ou apostilamento daqueles assinados no exterior, para aceitação do Boletim de Voto. A Companhia exigirá tradução juramentada de documentos que não tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa.

A Companhia comunicará o acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido, em até 3 (três) dias úteis do recebimento dos documentos.

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas com instituições e/ou corretoras ("**Agentes de Custódia**") na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), poderão transmitir suas instruções de voto para preenchimento do Boletim de Voto por intermédio de seus respectivos Agentes de Custódia, caso prestem esse serviço, ou da central depositária da B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia ou pela central depositária da B3, conforme aplicável.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento deste Boletim de Voto é facultativa para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu Agente de Custódia está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

O envio das manifestações de voto para a central depositária da B3 poderá ser realizado diretamente por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela B3, na Área do Investidor (disponível em <https://www.investidor.b3.com.br/>), na seção "Serviços", clicando em "Assembleias em Aberto".

Os acionistas que não tiverem suas ações depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto ao escriturador das ações da Companhia, o Banco Bradesco S.A. Nesse caso, a Companhia recomenda aos acionistas que entrem em contato com o Banco Bradesco S.A. para confirmação dos procedimentos de cadastro e envio do Boletim de Voto.

O Boletim de Voto encontra-se disponível nos *websites* da Companhia (ri.t4f.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), bem como na Plataforma Digital (via link <https://assembleia.ten.com.br/302495090>).

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 02.860.694/0001-62

NIRE 35.300.184.645

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2025

DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À AGOE

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), informamos abaixo as datas e locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados.

1.1 Relatório da Administração

O Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras abaixo descritas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 21 de março de 2025.

O Relatório da Administração, parte integrante das Demonstrações Financeiras Anuais Completas, foi disponibilizado em 25 de março de 2025 na página eletrônica da Companhia (ri.t4f.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") (www.gov.br/cvm).

1.2 Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 21 de março de 2025.

As Demonstrações Financeiras foram disponibilizadas em 25 de março de 2025 na página eletrônica da Companhia (ri.t4f.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores e foram publicadas exclusivamente por meio do sistema Empresas.NET, dispensada a publicação em jornal de grande circulação, conforme faculdade prevista no artigo 294-A, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações, e no artigo 2º da Resolução CVM nº 166, de 1º de setembro de 2022.

1.3 Comentário dos administradores

Nos termos do artigo 10, item III da Resolução CVM 81, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma especificada no Item 2 do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, encontram-se no **Anexo I** a esta Proposta da Administração.

1.4 Parecer dos auditores independentes

O parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, parte integrante das Demonstrações Financeiras, foi disponibilizado em 25 de março de 2025 na página eletrônica da Companhia (ri.t4f.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores, e foi publicado exclusivamente por meio do sistema Empresas.NET,

dispensada a publicação em jornal de grande circulação, conforme faculdade prevista no artigo 294-A, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações, e no artigo 2º da Resolução CVM nº 166, de 1º de setembro de 2022.

1.5 Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP

O Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, juntamente com o Relatório do Comitê de Auditoria, foi disponibilizado em 25 de março de 2025 na página eletrônica da Companhia (ri.t4f.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(nos termos do item 2 do Formulário de Referência, conforme
Resolução CVM nº 80/2022 e Resolução CVM nº 81/2022)

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022. Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem aquelas previstas na legislação societária brasileira, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constitui uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado se reproduzirão no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Assim, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores refletem a visão e percepção deles sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Essas informações têm como objetivo fornecer aos investidores elementos que os ajudem a comparar nossas demonstrações financeiras de diferentes períodos, bem como entender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações e os fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo do tempo. A Análise Vertical representa o percentual de um item de linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O resultado líquido da Companhia representou um prejuízo líquido de R\$ 68,2 milhões versus lucro líquido de R\$ 58,2 milhões e prejuízo líquido de R\$ 8,4 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente. O ano de 2024 foi marcado, principalmente, pela primeira edição do festival Turá em Recife, além de vários shows indoors de artistas como Laura Pausini, The Hives, Franz Ferdinand, entre outros.

Consolidado

R\$ milhões	2022	2023	2024
Endividamento Total	91,8	55,3	78,8
Caixa e Equivalentes de Caixa	185,4	149,3	114,0
Caixa Líquido	93,6	94,0	35,1
Patrimônio Líquido	114,3	180,3	49,0
Endividamento Total / Patrimônio Líquido	0,8x	0,3x	1,6x

O Endividamento Total da Companhia apresenta aumento em relação a 2023, mas permanece inferior ao nível registrado em 2022. A administração optou por quitar as dívidas de longo prazo, portanto, o passivo não circulante da Companhia segue com a linha de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures zerada.

O caixa líquido se manteve estável entre 2022 e 2023, mas apresentou redução em 2024, refletindo tanto o aumento do endividamento quanto a diminuição no saldo de caixa e equivalentes de caixa.

Considerando o índice de Endividamento Total / Patrimônio Líquido, observa-se deterioração em 2024, passando de 0,3x em 2023 para 1,6x, após a redução significativa da alavancagem entre 2022 (0,8x) e 2023.

b. Estrutura de capital Consolidada

Apresentamos na tabela abaixo, a evolução de nossa estrutura de capital consolidada:

Consolidado

<i>R\$ milhões</i>	2022	2023	2024
Capital de Terceiros*	398,9	322,9	248,4
Patrimônio Líquido	190,0	114,3	180,3
Capital de Terceiros / Patrimônio Líquido	1,8x	3,5x	1,8x

(*) Capital de Terceiros: passivo circulante e passivo não circulante. O capital de terceiros é basicamente composto de (i) dívidas financeiras (debêntures); (ii) adiantamento de clientes (recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, merchandising e vendas antecipadas de ingressos); e (iii) e de fornecedores e impostos a recolher.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital de terceiros representa aproximadamente 58% do passivo total da Companhia e 77% quando comparado a 2023. Essa diminuição percentual se deve, principalmente, a (i) aumento do patrimônio líquido em decorrência da capitalização do exercício e (ii) redução gradual do capital de terceiros ao longo dos três últimos exercícios. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido somou R\$ 190,0 milhões, enquanto o capital de terceiros somou R\$ 398,9 milhões, o que representa 1,8x o patrimônio líquido. Já em 2024, o capital de terceiros somou R\$ 248,4 milhões, 1,8x o patrimônio líquido do mesmo exercício. Quando confrontado com 2023, o ano de 2024 demonstra melhora na estrutura de capital, com redução da dependência de capital de terceiros e recuperação do patrimônio líquido frente ao resultado negativo do período anterior.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Endividamento Total da Companhia reduz em relação aos dois anos anteriores, considerando a capacidade de geração de caixa devido ao resultado de 2023.

A administração optou por quitar as dívidas de longo prazo, portanto, o passivo não circulante da Companhia possui a linha de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures zerada.

O caixa líquido se demonstra estável entre 2022 e 2023, já que em paralelo à redução do endividamento, houve também redução em caixa e equivalentes de caixa. Mantendo o histórico de períodos regulares, em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 o caixa da Companhia permaneceu acima do endividamento total em 2,7x, 2,0x e 1,4x, respectivamente, denotando melhora de liquidez gradual ao longo dos três anos.

Consolidado

<i>R\$ milhões</i>	2022	2023	2024
Endividamento Total	144,5	91,8	55,3
Caixa e Equivalentes de Caixa	201,9	185,4	149,3
Caixa e Equivalentes de Caixa / Endividamento	1,4x	2,0x	2,7x
Ativo Circulante	315,6	290,3	233,9
Passivo Circulante	281,6	238,2	199,7
Ativo Circulante / Passivo Circulante	1,1x	1,2x	1,2x

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nossa atividade historicamente apresenta capital de giro negativo, e com isso nossa fonte para o capital de giro tem sido essencialmente através da geração própria de caixa. Nossas operações têm como característica a antecipação de caixa com vendas de ingressos e recebimentos decorrentes de contratos de patrocínios, normalmente efetuados com antecedência em relação à data do evento. Isto nos permite um autofinanciamento das nossas operações regulares, de forma que usualmente não se faz necessário recorrer a financiamentos de terceiros.

Entretanto, especialmente no nosso segmento, não conseguimos repassar para os preços grandes desvalorizações cambiais no curto prazo o que, conseqüentemente, afeta as margens da Companhia – uma vez que temos uma parcela importante de nossos custos atrelados em moeda estrangeira (pagamento de cachês de artistas internacionais, sinalizado no balanço da companhia, na linha de Fornecedores Internacionais). Para administrar o risco cambial decorrente principalmente da contratação de conteúdos internacionais, realizamos acompanhamento semanal por meio da elaboração de relatório da nossa exposição cambial e efetuamos a contratação de hedge quando necessário. A realização do evento pode ficar comprometida e tornar-se até mesmo inviável em casos de desvalorização cambial mais extrema.

Com relação a financiamento de investimentos em ativos não circulantes, verificamos as melhores opções para a análise da viabilidade entre a captação de recursos de terceiros ou da utilização de capital próprio. A métrica utilizada para a tomada de decisão envolve a correlação entre as taxas de mercado e a rentabilidade do capital próprio. Não obstante, para financiamento de investimentos, também recorremos à geração própria de caixa.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendemos utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na presente data, a administração da Companhia não identifica necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso venhamos a ter algum descasamento entre as disponibilidades e os compromissos de curto prazo, poderemos contratar novas linhas de financiamento ou ainda captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro. Na contratação de novos financiamentos, os Diretores buscam analisar as opções disponíveis no mercado, almejando sempre o prazo e taxas de juros condizentes.

f. Níveis de endividamento consolidado e características de tais dívidas

<i>R\$ milhões</i>	Prazo Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Acima de 5 anos
Endividamento Financeiro	42,2	42,2	0,0	-	-
Contratos de Arrendamento	13,1	2,8	7,3	3,0	-
Impostos Parcelados	28,4	3,9	8,8	7,9	7,8
Total	83,7	48,9	16,1	10,9	7,8

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros atualmente praticada e o saldo devedor de nossos

contratos financeiros referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro dos anos indicados:

<i>R\$ milhões</i>	2022	2023	2024	Taxa de juros média (% a.a.)
Em moeda nacional				
Debêntures	82,0	42,2	0,0	CDI + 2,08%
Passivo de Arrendamento	9,8	15,9	13,1	CDI + 1,63%
Total	91,8	58,1	13,1	

Apresentamos a seguir breve descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures relevantes vigentes em 31 de dezembro de 2024:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Swap

Em 07 de junho de 2023, a Companhia contratou um empréstimo no montante de €7.591 e outro, posteriormente, em 20 de junho de 2023, no valor de US\$6.000. Esses montantes convertidos para reais totalizaram R\$40.000 e R\$29.000, respectivamente. Os referidos empréstimos possuem vencimento previsto para 90 dias a partir das datas de contratação. A Companhia celebrou contrato de SWAP, cujo indexador foi de CDI + 2,15% a.a. para o empréstimo de €7.591. Esse contrato de SWAP visou proteger a Companhia contra possíveis oscilações nas taxas de câmbio e, por consequência, possíveis perdas financeiras que poderiam ser causadas pela volatilidade do mercado cambial.

Em 14 de setembro de 2023 ambos os empréstimos em moeda estrangeira foram liquidados. O resultado financeiro obtido pelo contrato de SWAP foi uma perda de R\$ 494.

Em 18 de dezembro, a Companhia contratou um empréstimo no montante de US\$8.1170 convertidos para reais totalizando R\$40.000, com vencimento previsto para 120 dias a partir da data de contratação. O contrato de SWAP possui indexador ativo de 6,7827%.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O saldo ativo com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 11.913. (Saldo passivo de R\$ 767 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação contratual entre nossas dívidas quirografárias, sabendo que as nossas debêntures contam com garantia flutuante e garantia real, cujas características envolvem os direitos de preferência e prerrogativas previstas em lei.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia informa que não possui covenants relacionados aos seus empréstimos, ou seja, não há cláusulas contratuais que imponham restrições ou obrigações específicas em

relação a esses financiamentos.

g. Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía contratos de financiamento. A Diretoria entende que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permitirá o acesso a linhas de créditos em condições favoráveis, na hipótese de eventual necessidade.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024.

Consolidado

R\$ milhões	2022	A.V. ⁽¹⁾	2023	A.V. ⁽¹⁾	2024	A.V. ⁽¹⁾	Δ 2023/22	Δ 2024/23
Receita Líquida	328,4	100%	700,8	100%	165,7	100%	113%	-76%
Promoção de Eventos	147,0	45%	452,1	65%	50,5	30%	208%	-89%
Música Ao Vivo	130,0	40%	409,8	58%	13,2	8%	215%	-97%
Eventos Família e Teatro	17,0	5%	42,3	6%	37,3	23%	150%	-12%
Eventos Esportivos	-	0%	0,0	0%	0,0	0%	n.a	n.a
Ticketing, A&B e Venues	117,2	36%	129,1	18%	93,2	56%	10%	-28%
Patrocínios	64,2	20%	119,6	17%	22,0	13%	86%	-82%
Promoção de Eventos	62,8	19%	119,6	17%	22,0	13%	90%	-82%
Ticketing, A&B e Venues	1,4	0%	0,0	0%	0,0	0%	-100%	n.a
Custo					-144,6	-87%		
Lucro Bruto	83,8	26%	143,1	20%	21,1	13%	71%	-85%
Margem Bruta (%)	25,5%		20,4%		12,8%			
Receitas (despesas) operacionais	(49,6)	-15%	(53,5)	-8%	(27,3)	-16%	8%	-49%
Resultado financeiro	(38,1)	-12%	(26,2)	-4%	(31,2)	-19%	-31%	19%
Impostos e contribuições sociais	(4,5)	-1%	(5,2)	-1%	(8,2)	-5%	17%	57%
Outras despesas não operacionais					(22,6)	-14%		
Resultado Líquido	(8,4)	-3%	58,20	8%	(68,2)	-41%	-790%	-217%
Margem Líquida (%)	-2,6%		8,3%		-41,1%			
Resultado Líquido (excl. efeitos não-recorrentes)⁽²⁾	(5,8)	-2%	66,4	9%	0%		-1239%	-100%
Margem Líquida (excl. efeitos não-recorrentes) ⁽²⁾	-1,5%		9,5%					
Música ao Vivo								
Número de Eventos	30		33		10		10%	-70%
Ingressos Vendidos (000)	372		801		35		115%	-96%
Preço Médio (R\$)	367		317		292		-13%	-8%
Eventos Família e Teatro								
Número de Eventos	293		255		207		-13%	-19%
Ingressos Vendidos (000)	184		294		28		60%	-91%
Preço Médio (R\$)	129		399		189		209%	-53%
Total - Número de Eventos	323		288		217		-11%	-25%
Total - Ingressos Vendidos (000)	556		1.095		62		97%	-94%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Receita líquida

A receita líquida consolidada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de **2024 totalizou R\$165,7 milhões**, uma retração de **76%** em relação aos **R\$700,8 milhões** registrados em 2023. A queda reflete a ausência de grandes turnês internacionais, como a **The Eras Tour** da Taylor Swift, e de festivais promovidos pela Companhia, como o Lollapalooza e o Primavera Sound, realizados em 2023.

A receita líquida de **Promoção de Eventos** totalizou **R\$50,5 milhões** em 2024, uma queda de **89%** frente aos **R\$452,1 milhões** de 2023. O número de eventos de música ao vivo recuou de **33** para **10**, e os ingressos vendidos passaram de **801 mil** para **35 mil**, refletindo a estratégia da Companhia de atuar com um portfólio mais enxuto e focado na rentabilidade.

A receita líquida com **Ticketing, Alimentos & Bebidas e Venues** foi de **R\$93,2 milhões** em 2024, queda de **28%** em relação a 2023. A receita reflete a operação dos eventos próprios e de terceiros com venda de ingressos pela ticketeira **INTI**, além das receitas operacionais do Teatro Renault.

A receita líquida de **patrocínios** totalizou **R\$22,0 milhões** em 2024, representando retração de **82%** em comparação aos **R\$119,6 milhões** registrados em 2023. A redução está diretamente relacionada à menor quantidade de eventos realizados ao longo do ano.

Apesar da forte retração de receita, destaca-se o desempenho de **Eventos Família e Teatro**, que responderam por **23% da receita líquida de 2024**, com **207 eventos realizados** e mais de **28 mil ingressos vendidos**, impulsionados principalmente pelo sucesso de público do musical **O Rei Leão**.

Lucro Bruto (R\$ milhões)	2022	2023	2024	Δ 2023/22	Δ 2024/23
Promoção de Eventos	(34,6)	(60,0)	(23,1)	73%	61%
Ticketing, A&B e Venues	54,1	83,5	22,2	54%	73%
Patrocínios	64,3	119,6	22,0	86%	82%
Total	83,8	143,1	21,1	71%	85%

O lucro bruto foi de R\$ 21,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de 85% em relação ao lucro bruto de R\$ 143,1 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A variação decorre, principalmente, da redução no volume de eventos realizados ao longo do ano, impactando diretamente os resultados das linhas de Promoção de Eventos, Ticketing, A&B e Venues e Patrocínios.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais totais registraram uma redução de 49% em 2024, passando de R\$ 53,5 milhões em 2023 para R\$ 27,3 milhões. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pela reversão na linha de Outras receitas (despesas) operacionais, que passou de um prejuízo de R\$ 2,6 milhões para um ganho de R\$ 20,7 milhões, além da eliminação do impacto negativo de R\$ 4,6 milhões em Outros resultados com investimentos.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido totalizou um prejuízo de R\$ 31,2 milhões em 2024, frente aos R\$ 26,2 milhões negativos registrados em 2023. Esse desempenho foi impactado, principalmente, pelo efeito

da variação cambial, monetária e hiperinflação. Devido às nossas operações na Argentina, nosso segundo maior mercado, enfrentamos condições macroeconômicas adversas como hiperinflação e desvalorização cambial, que impactaram o resultado financeiro — passando de um efeito negativo de R\$ 7,1 milhões em 2023 para R\$ 43,0 milhões em 2024, refletindo oscilações cambiais e ajustes contábeis.

Por outro lado, o saldo entre receitas e despesas financeiras apresentou melhora significativa, saindo de um prejuízo de R\$ 3,3 milhões em 2023 para um saldo positivo de R\$ 11,8 milhões em 2024, impulsionado pelo aumento das receitas financeiras, que cresceram de R\$ 16,7 milhões para R\$ 37,8 milhões no período. Esse crescimento foi influenciado, principalmente, pela linha de “Outros”, que inclui ganhos não recorrentes e passou de R\$ 0,6 milhão para R\$ 25,3 milhões.

Balanço Patrimonial

Consolidado

R\$ milhões	2023	A.V. ⁽¹⁾	2024	A.V. ⁽¹⁾	Δ 2023/22	Δ 2024/23
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	146,2	29%	111,9	27%	-19%	-17%
Aplicações Financeiras	2,3	0%	2,0	0%	-14%	-12%
Instrumentos Financeiros Derivativos			11,9	3%		
Contas a receber de clientes	65,0	13%	42,7	10%	-15%	-13%
Estoques	1,9	0%	1,4	0%	13%	15%
Impostos a recuperar	29,4	6%	57,4	14%	-6%	-4%
Adiantamento a fornecedores	4,9	1%	3,1	1%	66%	70%
Custos Antecipados	30,4	6%	3,5	1%	48%	51%
Dividendos a receber de controladas			-	0%		
Outras contas a receber	10,2	2%	5,0	1%	2566%	2619%
Total do ativo circulante	290,3	57,7%	238,9	58,2%	-8%	-6%
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Aplicações financeiras	0,8	0%	-		-71%	-71%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	50,1	10%	49,8	12%	2%	4%
Tributos a recuperar	32,2	6%	12,1	3%	40%	43%
Depósitos judiciais	10,8	2%	11,4	3%	-12%	-10%
Custos Antecipados	0,5	0%	5,2	1%	-35%	-34%
Partes relacionadas	11,2	2%	8,4	2%	1%	3%
Total do ativo realizável a longo prazo	105,5	21%	86,9	21%	7%	9%
Imobilizado						
	19,5	4%	7,8	2%	73%	77%
Bens de direito de uso						
Intangível:						
	87,8	17%	65,5	16%	0%	2%
Ágio na aquisição de investimentos	80,9	16%	58,5	14%	0%	2%
Outros Intangíveis	6,9	1%	7,0	2%	5%	7%
Total de ativo não circulante	212,9	42%	171,6	42%	8%	10%
TOTAL DO ATIVO	503,3	100%	410,5	100%	-2%	0%
R\$ milhões	2023	A.V. % ⁽¹⁾	2024	A.V. % ⁽¹⁾	Δ 2023/22	Δ 2024/23
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	145,9	29%	73,9	27%	139%	143%
Empréstimos e financiamentos	39,4	8%	76,1	28%	-6%	-4%
Passivo de arrendamento	2,8	1%	2,8	1%	-56%	-55%
Instrumentos Financeiros Derivativos			-	0%		
Salários, provisões e encargos sociais	4,8	1%	2,6	1%	-25%	-24%
Impostos e contribuições a recolher	13,4	3%	20,0	7%	33%	36%
Adiantamentos de clientes	29,5	6%	24,4	9%	-81%	-81%
Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	-	0%	-	0%	n.a.	n.a.
Dividendos a pagar		0%	-	0%	n.a.	n.a.
Partes relacionadas			-	0%		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		0%	-	0%	n.a.	n.a.
Outras obrigações	2,5	0%	0,7	0%	95%	99%
Total de passivo circulante	238,2	47%	200,4	73%	-15%	-14%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	-	0%	-	0%	-100%	-100%
Passivo de arrendamento	13,1	3%	10,4	4%	277%	285%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	47,3	9%	37,7	14%	-4%	-2%
Provisão para perdas em investimentos em controladas	2,3	0%	-	0%	55%	58%
Impostos e contribuições a recolher	22,0	4%	24,6	9%	-3%	-1%
Outras obrigações	-	0%	-	0%	-100%	-100%
Total de passivo não circulante	84,7	16,8%	72,8	26,6%	-28%	-26%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	243,0	48%	243,0	89%	0%	2%
Gastos com emissão de ações	(9,7)	-2%	(9,7)	-4%	0%	2%
Reserva de capital	-	0%	136,0	50%	n.a.	n.a.
Reserva de reavaliação	0,2	0%		0%	-11%	-10%
Reserva de lucros	(115,0)	-23%		0%	-33%	-32%
Resultados Abrangentes	58,6	12%		0%	16%	18%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	177,0	35%		0%	59%	62%
Participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	3,3	1%		0%	17%	19%
Total do patrimônio líquido consolidado	180,3	36%	0,0	0%	58%	61%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	503,3	100%	273,1	100%	-2%	0%

Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

R\$ milhões	2022	2023	2024	Δ 2023/22	Δ 2024/23
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado líquido do exercício	(8,4)	58,2	58,2	-790%	n.a.
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	6,0	4,9	5,6	-19%	14%
Perdas por redução ao valor recuperavel do ágio	-	-	22,5	n.a.	n.a.
Perdas com investimentos	(0,3)	2,3	1,1	-812%	-54%
Custo residual de ativo imobilizado baixado	0,6	(2,1)	0,0	-430%	-100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,3	0,0	(2,3)	-97%	-6740%
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	5,5	(19,6)	24,2	-458%	-223%
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	n.a.	n.a.
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19,4	10,5	(8,5)	-46%	-181%
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(0,6)	-	0,3	-100%	n.a.
Efeito de Economias Hiperinflacionárias	12,4	10,8	20,5	-12%	89%
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes	(27,7)	3,6	22,8	-113%	525%
Estoques	(1,1)	(0,4)	0,6	-62%	-235%
Impostos a recuperar	(25,1)	(11,2)	(2,5)	-55%	-78%
Adiantamento a fornecedores	0,9	(2,2)	1,5	-337%	-170%
Outras contas a receber	3,2	(9,9)	0,2	-406%	-102%
Depósitos judiciais	(3,0)	1,5	(0,2)	-149%	-113%
Custos antecipados	7,4	(10,6)	(4,2)	-243%	-61%
Fornecedores	25,5	107,2	(30,1)	320%	-128%
Impostos e contribuições a recolher	6,3	5,6	1,7	-11%	-70%
Salários, provisões e encargos sociais	5,2	(1,1)	0,4	-121%	-137%
Adiantamentos de clientes	(12,0)	(122,5)	0,4	924%	-100%
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	(1,5)	(8,0)	(0,5)	438%	-94%
Outras obrigações e contas a pagar	(0,1)	0,1	(0,1)	-229%	-193%
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	n.a.	n.a.
Pagamento de passivos de arrendamento - juros	-	-	-	n.a.	n.a.
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	13,9	17,1	(49,9)	24%	-391%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações Financeiras	-	-	-	n.a.	n.a.
Aquisição de imobilizado e intangível	(2,4)	(3,1)	(2,2)	31%	-29%
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	-	n.a.	n.a.
Adição de ativo imobilizado pela aquisição de controlada	-	-	-	n.a.	n.a.
Alienação de participação em controladas	-	-	-	n.a.	n.a.
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2,4)	(3,1)	(2,2)	n.a.	-29%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital	-	-	-	n.a.	n.a.
Gastos na emissão de ações	-	-	-	n.a.	n.a.
Aquisição de ações próprias	-	-	-	n.a.	n.a.
Partes relacionadas	0,2	0,2	5,7	14%	3234%
Pagamento de dividendos	-	-	(0,2)	n.a.	n.a.
Emissão de Debêntures	-	-	-	n.a.	n.a.
Pagamento de debêntures - principal	(40,0)	(80,0)	(1,5)	100%	-98%
Pagamento de debêntures - juros	(16,1)	(10,3)	-	-36%	-100%
Contratação de empréstimos e financiamentos	-	109,0	60,0	n.a.	-45%
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(69,5)	(43,7)	n.a.	-37%
Pagamento de passivos de arrendamento - principal	(3,8)	(5,1)	(4,7)	35%	-9%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(59,7)	(55,7)	15,6	-7%	-128%
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(37,4)	(33,8)	(34,3)	-10%	1%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo inicial	217,4	180,0	146,2	-17%	-19%
Saldo final	180,0	146,2	111,9	-19%	-23%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Encerramos 2024 com um saldo de caixa e aplicações de R\$ 114,0 milhões, uma redução de 24% em relação aos R\$ 149,3 milhões registrados ao final de 2023.

A variação reflete, principalmente, a geração negativa de **caixa operacional**, que totalizou R\$ 49,9 milhões negativos no ano, impactada pelo pagamento de despesas relacionadas a eventos comercializados em períodos anteriores.

No final de 2022 a Companhia contava com a geração de caixa das antecipações de vendas da última edição como promotora do festival Lollapalooza, realizado no primeiro trimestre de 2023 impactando. Com o encerramento do contrato não tivemos o mesmo efeito na geração de caixa no final de 2023.

Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento

O fluxo de caixa de investimentos foi negativo em R\$ 2,2 milhões, principalmente por investimentos em softwares.

Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento

Contribuiu positivamente com R\$ 15,6 milhões, refletindo a entrada líquida de recursos em operações de crédito. Já o fluxo de caixa de investimentos foi negativo em R\$ 3,3 milhões, mantendo-se estável frente a 2023. *Geração (consumo) do saldo de caixa e equivalentes de caixa*

2.2 Os diretores devem comentar sobre:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A nossa receita líquida é originada da prestação de serviços, consistentes na promoção dos eventos, operação de bilheterias, casas de espetáculos e estacionamento, e a comercialização de alimentos, bebidas e produtos promocionais (merchandising), dentre outros. A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita líquida, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024:

Receita Líquida

Promoção de Eventos ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	2022	2023	2024	Δ % 2023/2022	Δ % 2024/2023
Música ao Vivo					
Número de Eventos	30	33	10	10,0%	-69,7%
Total de Ingressos Vendidos (em milhares)	372	801	35	115,3%	-95,7%
Preço Médio por Ingresso ⁽²⁾	367	317	292	-13,4%	-8,0%
Eventos Família/ Teatro				n.a.	n.a.
Número de Eventos	293	255	207	-13,0%	-18,8%
Total de Ingressos Vendidos (em milhares)	184	294	28	59,6%	-90,6%
Preço Médio por Ingresso ⁽³⁾	129	399	189	209,2%	-52,6%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Ao longo de **2024**, realizamos 217 eventos, sendo 10 de Música ao Vivo, com os shows de Laura Pausini, Jessie J, City and Colour, The Hives, Travis e Franz Ferdinand, além de quatro dias do Festival Turá, dois em São Paulo e dois em Recife, marcando a estreia do

festival na cidade. Na categoria de Família e Teatro, foram 207 apresentações, incluindo a temporada de O Rei Leão e a coprodução de Minha Vida em Marte, estrelada por Mônica Martelli. No total, vendemos 62 mil ingressos ao longo do ano. Em 2023, foram 288 eventos realizados, com 1,09 milhão de ingressos vendidos, impulsionados por grandes produções como os shows da Taylor Swift e os festivais Lollapalooza e Primavera Sound.

Operações das plataformas de ingressos no Brasil e Argentina tiveram resultados expressivos no período.

Além disso, nossa operação de Venue e A&B cresceu significativamente.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nossas receitas são afetadas principalmente pelo volume e mix de conteúdos na promoção de eventos e consequentes efeitos nas demais linhas verticalizadas de nosso modelo de negócios. No entanto, também existem, em menores proporções, os efeitos advindos das taxas de câmbio e de inflação.

O preço médio dos ingressos vendidos é calculado com base na categoria do conteúdo apresentado, considerando-se dados históricos, sempre inflacionados. Assim, os preços dos ingressos para nossos conteúdos foram reajustados, no mínimo, pelas inflações abaixo para os anos de 2024, 2023 e 2022:

	2022	2023	2023
Inflação (IGP-M) (%)	5,5	-3,2	6,5
Inflação (IPCA) (%)	5,8	4,6	4,8

Em relação ao câmbio, também repassamos para os preços o efeito da desvalorização cambial para os conteúdos com pagamento de cachês em dólares. Entretanto, em anos de grande desvalorização cambial, o repasse é realizado no longo prazo, pois não é praticável o repasse imediato para os preços.

Além disso, nossas receitas são oriundas também da Argentina e Chile, e as variações cambiais destas moedas contra o Real afetam as nossas receitas de forma positiva e/ou negativa.

Receita Líquida por País (% de contribuição)	2021	2022	2023	2024	Δ 2022/21	Δ 2023/22	Δ 2024/23
Brasil	55%	84%	94%	52%	29,3 p.p.	9,5 p.p.	-41,7 p.p.
Argentina	39%	15%	6%	48%	-23,9 p.p.	-9,5 p.p.	42,2 p.p.
Chile	6%	1%	1%	0%	-5,4 p.p.	0,0 p.p.	-0,5 p.p.
Total	100%	100%	100%	100%	0,0 p.p.	0,0 p.p.	0,0 p.p.

Receita Líquida por País (R\$ milhões)	2021	2022	2023	2024	Δ 2022/21	Δ 2023/22	Δ 2024/23
Brasil	17,1	276,2	655,5	85,8	1511%	137%	-87%
Argentina	12,2	49,7	39,5	79,3	306%	-20%	100%
Chile	1,9	2,6	5,7	0,6	36%	116%	-90%
Total	31,3	328,5	700,8	165,7	949%	113%	-76%

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros nos resultados operacional e financeiro do emissor

As variações das taxas de câmbio influenciam principalmente os espetáculos com artistas internacionais, cujo pagamento de cachê é efetuado geralmente em dólar norte-americano. Desta forma, para evitar prejuízos decorrentes das oscilações cambiais, celebramos, quando necessário, contratos com instrumentos financeiros derivativos (ou contratos de *swap*). Para os anos de 2022 a 2024, os valores dos cachês, direitos autorais e agenciamento de shows estão descritos abaixo, sendo que a maior parte são pagos em

dólar:

R\$ milhões	2022	2023	2024	Δ 2023/22	Δ 2024/23
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	6,1	114,5	305,0	>999%	166%

2.3 Os diretores devem comentar sobre:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024 Até 31 de dezembro de 2024, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas ou parágrafos de ênfase.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de participação societária durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar no formulário medições não contábeis, como Ladija (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

R\$ milhões	2022	2023	2024
LAJIDA	40,2	92,4	-0,7

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A Companhia não publicou LAJIDA ajustado em 2024, mas publicou em 2022 e 2023, conforme tabela abaixo.

<i>R\$ milhões</i>	2022	2023
LAJIDA	-54,1	40,2
(+/-) Condenações e provisões de contingência	18,6	16,0
(+/-) Baixas de ativos referentes à venue de São Paulo	7,5	
(+/-) Perda na alienação de investimentos	1,8	
(+/-) Parcela variável na aquisição da ticketeira INTI		
(+/-) Ajuste de Impostos referente a Lollapalooza		
LAJIDA Recorrente	-26,1	56,2

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em 2022 e 2023, o cálculo do EBITDA ou LAJIDA considerando os ajustes padrões de mercado, partindo do Lucro Operacional (Prejuízo) antes do Resultado Financeiro e Imposto de Renda, da DRE, expurgando o impacto da Depreciação/ Amortização do período. O EBITDA recorrente ou LAJIDA recorrente, leva em consideração eventos não operacionais, e/ou que tradicionalmente não ocorrem de forma frequente, regular e/ou sistemática.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não se aplica.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros

Não se aplica.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

Não se aplica devido ao prejuízo acumulado.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Não se aplica.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não se aplica.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Local: CVM e site de Relações com Investidores da Companhia.

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos;

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(iii) contratos de construção não terminada;

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Exceto por cartas de fiança bancária, seguro fiança e contratos com patrocinadores, a Companhia não detém outros itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Considerando que as obrigações às quais as cartas de fiança e seguros fiança são vinculadas têm seu valor periodicamente reajustado pelo IPCA/IBGE ou IGP-M/FGV, o valor de renovação destes instrumentos pode sofrer variações em função destes índices.

Os contratos de patrocínio de longo prazo são geralmente ajustados de forma anual pelo IGP- M/FGV e, portanto, o valor efetivo destes contratos está sujeito às variações deste índice.

b. Natureza e o propósito da operação

Os seguros fiança e cartas de fiança têm por objetivo a garantia de determinados processos judiciais, ainda em discussão.

Os contratos de patrocínio de longo prazo têm por objetivo garantir a recorrência e previsibilidade desta linha de receita para a Companhia.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Carta fiança e seguro fiança

A Companhia possui vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$ 141.744 (R\$ 190.593 em 31 de dezembro de 2023).

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os nossos investimentos previstos estão associados a melhorias na infraestrutura de tecnologia da informação e *softwares* e na aquisição de equipamentos que utilizamos na promoção de nossos eventos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A principal parte dos nossos investimentos é financiada por nossa própria geração operacional de caixa, além dos recursos obtidos por emissão de debentures e / ou contratação de dívida junto a instituições financeiras comerciais. Caso haja necessidade adicional, contrairemos empréstimos e financiamentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos previstos no nosso plano de negócios.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Comunicamos em 2020 a aquisição de participação majoritária na INTI, empresa de tecnologia com foco na negociação de ingressos para o setor de entretenimento e cultura. A aquisição, através da qual passamos a deter o domínio sobre o código-fonte da nossa ticketeira, foi o primeiro passo para a construção de uma plataforma de tecnologia do própria, fortalecendo ainda mais a nossa presença neste mercado.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, uma vez que não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, uma vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2023, a Companhia iniciou a construção de seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, além de publicar ao mercado diversos relatórios sobre métricas ASG no site de RI (ri.t4f.com.br) na seção de Governança Corporativa. Recebemos a certificação de Lixo Zero no Festival Turá, bem como a neutralização de carbono nos festivais realizados pela Companhia, bem como o incentivo a ONGs e ao desenvolvimento das comunidades locais, e à reciclagem, com iniciativas como o Rock and Recycle. Em 2024, a Companhia continuou com suas ações e fornecedores parceiros.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

O ano de 2024 foi marcado pela continuidade da estratégia de fortalecimento do portfólio de atrações da Companhia. No segmento de Música ao Vivo, realizamos shows da série Popload Gig com bandas internacionais de destaque como The Hives, Travis e Franz Ferdinand, além de artistas como Laura Pausini, Jessie J e City and Colour, complementando a programação com atrações nacionais e internacionais.

No pilar de festivais, avançamos com a expansão do Festival Turá, que teve sua primeira edição realizada em Recife, consolidando a presença da marca no Nordeste. Também promovemos a tradicional edição em São Paulo, reunindo um público expressivo e nomes relevantes da música brasileira, como Chitãozinho e Xororó, Adriana Calcanhoto e Djavan. A edição de Porto Alegre, adiada devido a fortes chuvas na região, está confirmada para 2025.

Em Família e Teatro, encerramos a temporada do musical O Rei Leão no Teatro Renault, e demos início às vendas de ingressos para Wicked, produção de alto padrão prevista para 2025. Ao longo do ano, também apresentamos os espetáculos Minha Vida em Marte e Hairspray, este último encerrando temporada com desempenho de bilheteria expressivo.

ANEXO II – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme
Resolução CVM nº 80/2022 e Resolução CVM nº 81/2022)

7.3 - Composição e experiência profissional da chapa proposta do Conselho de Administração*

nome	tipo de pessoa	cpf	acionalidad	de nascim	profissão	experiência profissional	cargo
Fernando Luiz Alterio	brasileiro	888.646.208-34	Brasil	17/07/1952	Administrador de Empresas	Nascido em 1952, graduou-se em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1976. Atuou por alguns anos no mercado financeiro e, em 1982, fundou o Palace a primeira casa de espetáculos de São Paulo. No período compreendido entre 1987 e 1997 ocupou vários cargos, dentre eles o de Diretor Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração do grupo sucroalcooleiro Usina da Barra. Em 1999, associou-se à CIE Internacional. Em junho de 2002, o Sr. Fernando passou a exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, sendo atualmente Presidente do Conselho e Diretor Presidente da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.	Presidente do Conselho de Administração
Raphael Martins Villela	brasileiro	101.721.717-33	Brasil	15/07/1983	Engenheiro	É graduado em Economia com ênfase em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) Rio de Janeiro-RJ, possui Certificação Profissional ANBIMA-CPA 20 e curso o programa de Gestão Avançada APG Amana-Key. O executivo possui forte experiência na área de finanças em empresas de grande porte e fundos de private equity, e seu histórico profissional inclui posições de gestão em empresas como Opportunity, Nexaas, STK Capital, Kondor Invest e Itaú Asset Management.	Vice Presidente do Conselho de Administração
Rodolpho Estevan Pierre Meschgraw	brasileiro		Brasil	03/01/2025	Engenheiro	Iniciou sua carreira em consultoria, acumulando sólida experiência em estratégia, inovação e desenvolvimento de negócios. Atuou como Diretor de Estratégia, Marketing e Novos Negócios na Time For Fun, onde também liderou áreas de CDO, Novos Negócios e Marketing. Entre 2018 e 2022, foi investidor-anjo e conselheiro estratégico na startup FestaLab. Desde 2023, integra a Arco Educação, onde ocupou os cargos de Diretor de Inteligência Artificial & Inovação, Diretor Geral de Produção Editorial e, atualmente, atua como Diretor de Estratégia e Produto. Liderou times de grande porte e projetos multicategorias, com foco em soluções pedagógicas e transformação digital. Não possui condenações criminais ou administrativas que o impeçam de exercer cargos de administração.	Membro do Conselho de Administração
Carla Gama Alves	brasileira	966.628.917-20	brasileira	04/07/1967	engenheira de sistemas	Mestre em Engenharia de Sistemas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com cursos de extensão em Gestão, Liderança, Gestão de Talentos e Governança Corporativa, pelo MIT, IMD e Harvard. Mais de 35 anos de experiência profissional e especialista nas áreas de Estratégia, Gestão, Cultura Organizacional, Gestão de Pessoas e ESG. Ocupou cargos de C-level na Vale, Grupo Soma, CVC Corporation, onde atuou também como CEO da Experimento Intercâmbio Cultural; e na Hinode Group, como Vice-presidente de Estratégia, Pessoas e ESG. Membro independente do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Pessoas e ESG da Time for Fun. Membro independente do Comitê de Sustentabilidade da Hinode Group e membro independente do Conselho Deliberativo do Instituto FAR.	Membra do Conselho de Administração
Marcos Shigueru Hatushikano	brasileiro	069.265.888-21	brasileiro	07/04/1965	Administrador de Empresas	Formado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo e com MBA pela The Wharton School, Universidade da Pennsylvanis, Marcos Hatushikano iniciou sua carreira como Trader no Banco Matrix. Teve uma passagem no Citi como Superintendente Adj. de Produtos de Tesouraria e logo depois, se tornou Diretor no UBS Wealth Management. Em abril de 2009 assumiu o cargo de sócio-diretor do fundo Loyall Capital Partners, posição mantida até hoje.	Membro do Conselho de Administração

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome

Carla Gama Alves

CPF:

966.628.917-20

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheira de Sistemas

Data de Nascimento:

04/07/1967

Experiência Profissional:

Mestre em Engenharia de Sistemas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com cursos de extensão em Gestão, Liderança, Gestão de Talentos e Governança Corporativa, pelo MIT, IMD e Harvard. Mais de 35 anos de experiência profissional e especialista nas áreas de Estratégia, Gestão, Cultura Organizacional, Gestão de Pessoas e ESG. Ocupou cargos de C-level na Vale, Grupo Soma, CVC Corporation, onde atuou também como CEO da Experimento Intercâmbio Cultural; e na Hinode Group, como Vice-presidente de Estratégia, Pessoas e ESG. Membro independente do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Pessoas e ESG da Time for Fun. Membro independente do Comitê de Sustentabilidade da Hinode Group e membro independente do Conselho Deliberativo do Instituto FAR.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Sim	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Fernando Luiz Alterio

CPF: 688.646.208-34

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 17/07/1952

Experiência Profissional: Nascido em 1952, graduou-se em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1976. Atuou por alguns anos no mercado financeiro e, em 1982, fundou o ??Palace?????a primeira casa de espetáculos de São Paulo. No período compreendido entre 1987 e 1997 ocupou vários cargos, dentre o de Diretor Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração do grupo sucroalcooleiro Usina da Barra. Em 1999, associou-se à CIE Internacional. Em junho de 2002, o Sr. Fernando passou a exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, sendo atualmente Vice-Presidente do Conselho e Diretor Presidente da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/05/2023	2 anos	Presidente do Conselho de Administração		24/05/2023	Sim	24/05/2023

Nome Flávio Stamm

CPF: 048.241.708-00

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 01/01/1991

Experiência Profissional: administrador de empresas

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2024	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	

Nome Francesca Brown Alterio

CPF: 213.056.078-48

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Empresária

Data de Nascimento: 14/02/1992

Experiência Profissional: Formada em Administração, Design Estratégico e Gestão pela Parsons School, Francesca iniciou suas atividades na Companhia em 2017, após experiência no MoMA de Nova Iorque e agências GB65 e Matte Projects. Inicialmente com foco em consultoria digital, transitou por todas as áreas da Companhia. Responsável pela criação da área de festivais, liderou a concepção de produtos como Grts! e Turá, além de condução dos festivais Lollapalooza, Popload e Primavera Sound.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/05/2024	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente		15/05/2024	Sim	15/05/2024
Diretoria	11/11/2024	2 anos, diretora interina	Diretor de Relações com Investidores		12/11/2024	Sim	12/11/2024
Diretoria	11/11/2024	2 anos, diretora interina	Outros Diretores	Diretora Financeira	12/11/2024	Sim	12/11/2024

Nome Guilherme Livreri Arruda Stein Mamprin

CPF: 441.473.168-24

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro

Data de Nascimento: 25/04/1994

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia da Computação pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com Certificação de Gestor Anbima (CGA) e com níveis I e II do Chartered Financial Analyst (CFA) completos. Guilherme Mamprin é Gestor/Analista de fundos de ações brasileiras e globais e possui excelentes habilidades em valuation, asset allocation e gestão de risco. Possui experiência com gestão de patrimônio (Wealth Management) e gestão de investimentos sistemática (Quant). É sócio da Loyall Capital Partners e sócio fundador da Expoente Capital, ambas em São Paulo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2024	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas			Não	

Nome Luis Alejandro Soberón Kuri **CPF:** 232.767.168-01 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 31/05/1960

Experiência Profissional: Nascido em 1960, graduou-se em Administração de Empresas pela Universidade Iberoamericana. O Sr. Luis fundou a Corporación Interamericana de Entretenimiento, empresa na qual ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração e Presidente Executivo, e ainda, na qual, em dezembro de 2006, foi nomeado Diretor Geral. Anteriormente, o Sr. Luis foi membro do Conselho de Administração de Teléfonos de México S.A.B. de C.V e, atualmente, é também membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de México S.A. e da América Móvil S.A.B. de C.V. Em maio de 2007, tornou-se membro do nosso Conselho de Administração. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Marcelo Pechinho Hallack **CPF:** 085.753.937-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 02/05/1981

Experiência Profissional: Graduado em Economia pela Stanford University, Marcelo é atualmente sócio e Chairman da Bionexo do Brasil S.A., um marketplace líder para o setor hospitalar. Antes, foi sócio do BTG Pactual (2008-2016) e head da divisão de Private Equity (2015-2016) em São Paulo. No BTG Pactual, o Marcelo liderou/participou do investimento e foi conselheiro de diversas empresas, incluindo Estapar, Rede D'Or Sao Luiz e Eneva. Antes de ingressar no BTG Pactual, Marcelo trabalhou em private equity na Kohlberg Kravis Robert (NY) de 2006 a 2008, com foco em mídia & telecom e consumo. Também trabalhou na divisão de Investment Banking da Goldman Sachs (NY) entre 2003 e 2006, com foco em M&A e transações nas indústrias de mídia, telecom e TI. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/05/2023	2 anos	Vice Presidente Cons. de Administração		24/05/2023	Sim	24/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

Marcos Shigueru Hatushikano

CPF:

069.265.888-21

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Administrador de Empresas

Data de Nascimento:

07/04/1965

Experiência Profissional:

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Sim	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

RENATA CORRÊA NIETO

CPF:

125.975.328-01

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

física e matemática

Data de Nascimento:

01/01/1991

Experiência Profissional: física e matemática

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2024	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	

Nome

Selma del Pozzo

CPF:

116.372.418-10

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

contadora e advogada

Data de Nascimento:

05/08/1969

Experiência Profissional: Contadora e advogada

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2024	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador			Sim	

Nome Valdemir Marega Ferreira

CPF: 006.660.448-64

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Advogado

Data de Nascimento: 21/09/1959

Experiência Profissional:

Graduado em ciência contábeis em 1982 pela PUC/SP, e em Direito em 1987 pela FMU, com 42 anos de experiência em consultoria empresarial, na área contábil, legislação societária, trabalhista previdenciária, comercial, aquisição, incorporação, fusão e cisão de empresa e planejamento tributário, atuou durante 16 anos na Price Waterhouse onde exerceu a função de sênior manager na área de consultoria tributária e empresarial tendo atuado como membro do conselho fiscal da T4F Entretenimento S.A., gerente de controladoria da CCAB Agro.S.A. e atualmente como Diretor Administrativo Financeiro da Paula Raia Criações Eireli e membro suplente do conselho fiscal da Richard Saigh Industria e Comércio S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2024	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador			Sim	

Nome Wagner Mar

CPF: 114.324.978-04

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: economista, contador e advogado

Data de Nascimento: 01/01/1991

Experiência Profissional:

economista, contador e advogado

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2024	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas			Não	

7.4 Composição dos comitês

Nome: Carla Gama Alves

CPF: 966.628.917-20

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Engenheira de Sistemas

Data de Nascimento: 04/07/1967

Experiência Profissional:

Mestre em Engenharia de Sistemas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com cursos de extensão em Gestão, Liderança, Gestão de Talentos e Governança Corporativa, pelo MIT, IMD e Harvard. Mais de 35 anos de experiência profissional e especialista nas áreas de Estratégia, Gestão, Cultura Organizacional, Gestão de Pessoas e ESG. Ocupou cargos de C-level na Vale, Grupo Soma, CVC Corporation, onde atuou também como CEO da Experimento Intercâmbio Cultural; e na Hinode Group, como Vice-presidente de Estratégia, Pessoas e ESG. Membro independente do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Pessoas e ESG da Time for Fun. Membro independente do Comitê de Sustentabilidade da Hinode Group e membro independente do Conselho Deliberativo do Instituto FAR.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)		2 anos			06/05/2024	Não	
Outros Comitês		Outros	28/04/2022	2 anos	Comitê de Pessoas e ESG	Comitê de Pessoas e ESG	28/04/2022	Sim	28/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome:

Diego Marcelo Parente

CPF:

053.274.029-75

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Administrador de Empresas

Data de Nascimento:

01/01/1991

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)		2 anos			06/05/2024	Não	

Nome:

Francesca Brown Alterio

CPF:

213.056.078-48

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Empresária

Data de Nascimento:

14/02/1992

Experiência Profissional:

Formada em Administração, Design Estratégico e Gestão pela Parsons School, Francesca iniciou suas atividades na Companhia em 2017, após experiência no MoMA de Nova Iorque e agências GB65 e Matte Projects. Inicialmente com foco em consultoria digital, transitou por todas as áreas da Companhia. Responsável pela criação da área de festivais, liderou a concepção de produtos como GrIs! e Turá, além de condução dos festivais Lollapalooza, Popload e Primavera Sound.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/05/2024	2 anos	Comitê de Gente e ESG		06/05/2024	Sim	06/05/2024

Nome: Reynaldo Awad Saad

CPF: 091.000.448-06

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: economista e contador

Data de Nascimento: 01/01/1991

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Outros		2 anos		coordenador	06/05/2024	Não	

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

7.5 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor.

Fernando Luiz Alterio, sócio controlador, possui cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e Francesca Brown Alterio, filha de Fernando Luiz Alterio, possui cargo de Diretora Presidente da Companhia.

b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor

Fernando Luiz Alterio, sócio controlador, possui cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e Francesca Brown Alterio, filha de Fernando Luiz Alterio, possui cargo de Diretora Presidente da Companhia e é diretora de algumas de nossas controladas.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Fernando Luiz Alterio, sócio controlador, possui cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e Francesca Brown Alterio, filha de Fernando Luiz Alterio, possui cargo de Diretora Presidente da Companhia.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Fernando Luiz Alterio, sócio controlador, possui cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e Francesca Brown Alterio, filha de Fernando Luiz Alterio, possui cargo de Diretora Presidente da Companhia e é diretora de algumas de nossas controladas.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2022			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fernando Luiz Alterio	688.646.208-34	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	04.514.644/0001-59		
Sócio e Diretor sem designação específica da T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fernando Luiz Alterio	688.646.208-34	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Time For Fun Mídia Ltda.	02.861.670/0001-28		
Diretor sem designação específica da Time For Fun Mídia Ltda.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fernando Luiz Alterio	688.646.208-34	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Metropolitan Empreendimentos S.A.	02.662.897/0001-44		
Sócio e Diretor sem designação específica da Metropolitan Empreendimentos S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fernando Luiz Alterio	688.646.208-34	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
F.A. Comércio e Participações S.A.	04.231.740/0001-90		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fernando Luiz Alterio	688.646.208-34	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
F.A. Comércio e Participações S.A.	04.231.740/0001-90		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Exercício Social 31/12/2021			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fernando Luiz Alterio	688.646.208-34	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	04.514.644/0001-59		
Sócio e Diretor sem designação específica da T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fernando Luiz Alterio	688.646.208-34	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Time For Fun Mídia Ltda.	02.861.670/0001-28		
Diretor sem designação específica da Time For Fun Mídia Ltda.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fernando Luiz Alterio	688.646.208-34	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Metropolitan Empreendimentos S.A.	02.662.897/0001-44		
Sócio e Diretor sem designação específica da Metropolitan Empreendimentos S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fernando Luiz Alterio	688.646.208-34	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
F.A. Comércio e Participações S.A.	04.231.740/0001-90		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fernando Luiz Alterio	688.646.208-34	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
F.A. Comércio e Participações S.A.	04.231.740/0001-90		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

ANEXO III – INFORMAÇÕES DO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(conforme artigo 13, inciso II, da Resolução CVM nº 81/2022)

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi totalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em 28 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou totalmente a Política de Remuneração dos Administradores ("**Política de Remuneração**").

A Política de Remuneração tem como principal função, estabelecer as diretrizes que deverão ser observadas quanto a remuneração dos Administradores, além de definir a estrutura e composição de remuneração, garantir o alinhamento da atuação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, dos membros dos comitês de assessoramento instalados e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado (todos em conjunto designados "**Administradores**") com os objetivos estratégicos da Companhia, utilizando como base as melhores práticas adotadas pelo mercado.

Os princípios que norteiam a Política de Remuneração são: (i) a aplicação de critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; (ii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia; (iii) atrair, recompensar, reter e incentivar os Administradores na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; e (iv) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual.

A Política de Remuneração está disponível para consulta nos *websites* da CVM (gov.br/cvm), da B3 (b3.com.br) e da Companhia (ri.t4f.com.br).

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participaram do processo decisório, identificando de que forma participam

Uma vez determinada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, bem como por aprovar a remuneração dos comitês de assessoramento.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração é revisada, anualmente, pelo Conselho de Administração, o qual pode requerer a

assessoria de empresa especializada. São consideradas as responsabilidades do cargo e experiência individuais de cada um dos Administradores. Já os valores variáveis são baseados em metas coletivas e individuais definidas anualmente pelo Conselho de Administração, e alinhadas com o plano estratégico da Companhia.

O Conselho de Administração utiliza ainda pesquisas de mercado, como referência para fixação da remuneração individual dos administradores.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração revisita as premissas e diretrizes das práticas de remuneração adotadas pela Companhia uma vez por ano, em especial quando da elaboração da proposta da administração a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral, assegurando a sua consistência e compatibilidade com as necessidades da Companhia e a realidade competitiva do mercado.

c. composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração dos Administradores poderá ser composta pelos seguintes elementos:

- (ii) *Remuneração Fixa*: tem por objetivo remunerar as responsabilidades do cargo em relação à complexidade na Companhia e deve garantir a equidade interna e externa;
- (iii) *Remuneração Variável – Incentivo de Curto Prazo (ICP)*: tem por objetivo reconhecer os resultados alcançados. Devem ser alinhados com o orçamento, metas individuais e metas da Companhia;
- (iv) *Remuneração Variável – Incentivo de Longo Prazo (ILP)*: tem por objetivo reforçar o alinhamento da remuneração com as estratégias de longo prazo da Companhia na criação de valor e sustentabilidade do negócio, além de reforçar a retenção de pessoal-chave; e
- (v) *Benefícios de Exercício do Cargo*: têm por objetivo oferecer um conjunto de benefícios para satisfazer necessidades pessoais e familiares, como um complemento à Remuneração Fixa.

É de responsabilidade do Conselho de Administração definir a proporção de cada componente de remuneração dos Administradores, sendo certo que cada indivíduo poderá ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

O Conselho de Administração observará o valor global anual da remuneração fixada

pela Assembleia Geral da Companhia, quando da fixação da remuneração individual dos Administradores.

O formato da remuneração descrito acima procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos por nós desenvolvidos, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os interesses da Companhia, através das seguintes perspectivas: (i) no curto prazo por meio da remuneração fixa, composta dos salários e pacote de benefícios compatíveis

com os praticados pelo mercado; (ii) no médio prazo por meio do pagamento de bônus (no âmbito do programa de incentivo de curto prazo – ICP); e (iii) no longo prazo por meio da participação no programa de remuneração baseada em ações vinculado ao desempenho individual e da Companhia.

- sua proporção na remuneração total nos últimos 3 exercícios sociais

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de:

2024

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável - ICP	Remuneração Variável - ILP	Benefícios
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	91,6%	8,4%	0%	6%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%
Comitês	100%	0%	0%	0%

2023

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável - ICP	Remuneração Variável - ILP	Benefícios
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	64%	30%	0%	6%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%
Comitês	100%	0%	0%	0%

2022

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável - ICP	Remuneração Variável - ILP	Benefícios
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	85%	6%	0%	9%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%
Comitês	100%	0%	0%	0%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

A Política de Remuneração da Companhia é baseada nas melhores práticas de mercado e objetiva a criação sustentável de valor a longo prazo, norteadas pela estratégia

definida para o negócio.

Os objetivos dos programas de remuneração são os de atrair e reter os profissionais com as competências e valores requeridos pela Companhia, e motivá-los a atingir resultados e criar valor para os acionistas e demais *stakeholders*. Desta forma, os programas buscam reconhecer e recompensar os desempenhos individuais e coletivos relacionados aos resultados da Companhia, em níveis competitivos aos de mercado.

Sem prejuízo do disposto acima, abaixo são descritas as práticas remuneratórias historicamente adotadas pela Companhia em relação aos órgãos da administração (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária):

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração do grupo de controle não são remunerados. Os demais membros do nosso Conselho de Administração fazem jus apenas à remuneração fixa mensal que é determinada com base na remuneração de mercado, a partir de pesquisa realizada internamente na Companhia.

Diretoria estatutária

Adotamos um modelo de remuneração que combina componentes fixos e variáveis, sendo: (i) Remuneração Fixa, calculada com base nas práticas de mercado, considerando as responsabilidades atribuídas aos cargos através de metodologia específica realizada por consultoria externa especializada em remuneração; e (ii) Remuneração Variável, calculada com base em resultados operacionais e financeiros dos negócios da Companhia, no alcance de metas operacionais definidas para cada uma das áreas e no alcance de metas individuais. Tanto as metas operacionais quanto as individuais são fixadas anualmente. Os componentes da remuneração, fixos e variáveis, são comparados periodicamente com as práticas de mercado, de forma que possamos auferir a nossa competitividade. A combinação do resultado desta comparação com o desempenho dos executivos pode, eventualmente, resultar em reajuste da remuneração.

Conselho Fiscal

Em 29 de abril de 2022 ficou registrado em AGO que o Conselho Fiscal não foi instalado para o exercício de 2022, tendo em vista que não foi verificado o quórum de instalação exigido pela Resolução CVM nº 70/2022.

Em 28 de abril de 2023 ficou registrado em AGO que o Conselho Fiscal não foi instalado para o exercício de 2023, tendo em vista que não foi verificado o quórum de instalação exigido pela Resolução CVM nº 70/2022.

Em 26 de abril de 2024, ficou registrado em AGO a instalação do Conselho Fiscal. A remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal equivalerá a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída a cada Diretor Estatutário da Companhia, não computados benefícios, planos de opção de ações, verbas de

representação e participação nos resultados.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, comitês de assessoramento e Conselho Fiscal não é impactada por indicadores de desempenho.

Em relação aos membros da Diretoria Estatutária, são considerados como indicadores de desempenho o alcance de metas operacionais e financeiras que são fixadas anualmente quando da elaboração do nosso orçamento. A remuneração variável (em especial, no âmbito do programa de incentivo de curto prazo – ICP) está diretamente atrelada a indicadores operacionais e financeiros e contém as metas definidas para o período, relacionadas a indicadores de desempenho tais como: EBITDA, geração de caixa e de receitas e gestão de custos e despesas.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar, e busca alinhar os interesses entre os Administradores e acionistas. A parcela fixa tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos nossos membros, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do nosso negócio. Já a parcela variável contribui para o estímulo do desempenho dos nossos Administradores, incentivando o atingimento de metas que gerem valor para a Companhia e, consequentemente, aumentem seu retorno financeiro. Dessa forma, é possível reter profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções, bem como atrair novos profissionais sempre que necessário.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023 dois membros do Conselho de Administração, ligados aos acionistas controladores, renunciaram às suas respectivas remunerações. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, um membro do Conselho de Administração renunciou à sua remuneração.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer tipo de remuneração suportada por nossas subsidiárias, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	2	3	10
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.000.000	2.000.000	200000	3.200.000
Benefícios direto e indireto	200000	200.000	0	400.000
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável			
Remuneração variável				
Bônus	0	1.500.000	0	1.500.000
Participação de resultados	0		0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável			
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>			
Total da remuneração	1.200.000	3.700.000	200000	5.100.000

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	1,8	0,0	6,8
Nº de membros remunerados	3,7	1,8	0,0	5,5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	800.000	2.101.273	0	2.901.273
Benefícios direto e indireto	207.964	119.673	0	327.637
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável			
Remuneração variável				
Bônus	0	200.009	0	200.009
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável			
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>			
Total da remuneração	1.007.964	2.420.955	136.500	4.325.123

Remunera��o total do Exerc��cio Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administra��o	Diretoria Estatut��ria	Conselho Fiscal	Total
N�� total de membros	5,0	5,0	0,0	10,0
N�� de membros remunerados	3,7	2,8	0,0	6,4
Remunera��o fixa anual				

Salário ou pró-labore	1.266.400	2.302.817	0	3.569.217
Benefícios direto e indireto	299.402	224.248	0	523.650
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável			
Remuneração variável				
Bônus	0	1.072.544	0	1.072.544
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável			
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>			
Total da remuneração	1.565.802	3.599.809	0	5.165.611

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,67	0,00	7,67
Nº de membros remunerados	3,00	2,67	0,00	5,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	648.000	2.993.311	0	3.641.311
Benefícios direto e indireto	0	314.870	0	314.870
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável			
Remuneração variável				
Bônus	0	205.021	0	205.021
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável			
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>			
Total da remuneração	648.000	3.513.202	0	4.161.202

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2025)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	1	3	9
Nº de membros remunerados	4	1	3	8
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.050.000	-	1.050.000
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.500.000	-	1.500.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	1.275.000	-	1.275.000
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	5,0	0,0	10,0
Nº de membros remunerados	3,7	2,8	0,0	6,4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	237.021	-	237.021
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.447.079	-	3.447.079
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	2.604.677	-	2.604.677
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.072.544	-	1.072.544
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social - - - -

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,67	0,00	7,67
Nº de membros remunerados	3,00	2,67	0,00	5,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.780.256	-	2.780.256
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	1.824.379	-	1.824.379
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	205.021	-	205.021
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

(a) Termos e condições gerais

O Plano de Outorga de Ações da Companhia (“**Plano**”) estabelece as condições gerais de outorga de ações de emissão da Companhia a administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle.

O Plano prevê dois tipos diferentes de programas. O primeiro tipo de programa exige o investimento de percentual do bônus anual líquido recebido pelo beneficiário (incentivo de curto prazo) (“**Verbas Autorizadas**”) na aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia

(“**Ações Próprias**”), como condição para que a Companhia outorgue ações (“**Ações de Matching**”) (“**Programa de Matching**”). O segundo tipo de programa não exige o investimento de Verbas Autorizadas em Ações Próprias e a Companhia outorgará ações (“**Ações Restritas**”), observados os termos e condições a serem previstos nos respectivos programas e contratos de outorga (“**Programa de Ações Restritas**” e, em conjunto com o Programa de *Matching*, “**Programas**”).

Beneficiários Elegíveis

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano os administradores ou empregados pertencentes aos níveis de diretoria e gerência da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia (“**Beneficiários**”).

Administração do Plano

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Obedecidas as condições gerais do Plano, o Conselho de Administração da Companhia terá amplos poderes para, com a devida observância das disposições legais, praticar todos os atos reputados necessários e convenientes à administração do Plano e dos Programas, inclusive: (a) a criação de Programas e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Ações Restritas e/ou Ações de *Matching*; (b) a aprovação dos Beneficiários e a autorização para outorgar Ações Restritas e/ou Ações de *Matching* em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas e/ou Ações de *Matching* a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (c) a autorização para alienação/concessão de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das Ações Restritas e/ou Ações de *Matching*, nos termos do Plano, Programas e da Resolução CVM nº 77/2022 ou, na hipótese de não haver ações em tesouraria, liquidar a obrigação de entrega das Ações Restritas e/ou Ações de *Matching* em dinheiro; (d) tomar quaisquer providências necessárias para a administração do Plano e respectivos Programas, incluindo a aprovação dos Contratos de Outorga a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários; e (e) imposição de restrições às Ações Restritas e/ou Ações de *Matching*, tais como períodos de vedação a negociação de ações.

O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração da Companhia têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano.

(b) Data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Outorga de Ações da Companhia foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 22 de julho de 2020.

(c) Número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito do Plano, ações representativas de, no máximo 10% das ações representativas do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que o Plano não prevê a outorga de opções.

(e) Condições de aquisições de ações

Sem prejuízo de outras condições que venham a ser estabelecidas nos respectivos Programas e Contratos de Outorga, nos Programas de *Matching* o direito dos Beneficiários de efetivamente receber a titularidade das Ações de *Matching* ficará sujeito ao atendimento das condições a seguir:

(i) o Beneficiário deverá permanecer continuamente prestando serviços à companhia ou suas sociedades controladas a partir da data de outorga até os períodos de carência a serem indicados em cada um dos Programas de *Matching* e respectivos Contratos de Outorga; e (ii) o Beneficiário deverá manter a plena titularidade de todas as Ações Próprias, conforme períodos de restrição a serem indicados em cada um dos Programas de *Matching* e respectivos dos Contratos de Outorga, sem qualquer interrupção e sem o direito de vender, transferir e/ou negociar as referidas Ações Próprias.

Além disso, a quantidade de Ações de *Matching* que a Companhia efetivamente entregará ao Beneficiário poderá variar conforme (i) o percentual das Verbas Autorizadas investido pelo Beneficiário; e (ii) o atingimento, pela Companhia, de determinadas métricas de desempenho pautadas em um indicador de retorno total ao acionista da Companhia (“**TSR**”), conforme parâmetros a serem definidos pelo Conselho de Administração nos Programas de *Matching* e respectivos Contratos de Outorga.

Por sua vez, nos Programas de Ações Restritas, observadas as demais condições estabelecidas nos respectivos Programas de Ações

Restritas e respectivos Contratos de Outorga, o direito do Beneficiário de efetivamente receber a titularidade das Ações Restritas ficará condicionado à contínua prestação de serviços pelo Beneficiário à Companhia ou suas sociedades controladas a partir da Data de Outorga até o período de carência a ser indicado em cada um dos Programas de Ações Restritas e respectivos Contratos de Outorga.

Além disso, o Conselho de Administração também poderá estabelecer nos Programas de Ações Restritas que a quantidade de Ações Restritas que a Companhia efetivamente entregará ao Beneficiário variará conforme o atingimento, pela Companhia, determinadas métricas de desempenho pautadas no TSR da Companhia, conforme parâmetros a serem definidos pelo Conselho de Administração nos Programas de Ações Restritas e respectivos contratos de outorga.

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável. O Plano estabelece que, quando superado o período de carência, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano e nos respectivos Programas de Ações Restritas e/ou Programas de *Matching*, as ações serão transferidas pela Companhia ao Beneficiário, sem o pagamento de qualquer preço de exercício.

(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não aplicável. O Plano estabelece que, quando superado o período de carência, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano e nos respectivos Programas de Ações Restritas e/ou Programas de *Matching*, as ações serão transferidas pela Companhia ao Beneficiário, sem o pagamento de qualquer preço de exercício, conforme exposto no item (i) acima.

(h) Forma de liquidação

O Plano não prevê preço de exercício a ser liquidado pelos Beneficiários. Com o propósito de satisfazer a outorga das Ações Restritas e/ou Ações de *Matching*, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicáveis, transferirá ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, nos termos da Resolução CVM nº 77/2022. Na hipótese de não haver ações em tesouraria e/ou na impossibilidade de adquirir ações no mercado em virtude de restrições legais ou regulamentares, o Conselho de Administração poderá optar por liquidar a entrega das Ações Restritas e/ou Ações de *Matching* em dinheiro. Em ambos os casos, a Companhia descontará e reterá quaisquer impostos aplicáveis.

(i) Restrições à transferência de ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições às Ações Restritas e/ou Ações de *Matching*, tais como períodos de vedação a negociação de ações.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Suspensão: Não aplicável.

Alteração: O Plano poderá ser alterado caso se verifique qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais do Plano.

Extinção: O Plano poderá ser extinto a qualquer tempo pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, as Ações Restritas e/ou Ações de *Matching* a ele conferidas de acordo com o Plano poderão ser extintas ou modificadas, conforme vier a ser estabelecido nos respectivos Programas.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração baseada em ações prevista os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária para o exercício social corrente assim como nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 não houve quaisquer opções de compra de ações reconhecidas no resultado.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizadas nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que não está previsto para o exercício social corrente nem houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 quaisquer outorgas de opções de compra de ações para os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável, tendo em vista que ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não havia quaisquer opções de compra de ações em aberto detidas pelos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável, tendo em vista que ao final dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 não houve quaisquer opções de compra de ações exercidas pelos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, prevista para os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária para o exercício social corrente assim como também não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

8.10. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que não há outorgas de opções de compra de ações prevista os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária para o exercício social corrente assim como não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável, tendo em vista que não ações entregues relativas à remuneração baseada em ações prevista os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária para o exercício social corrente assim como não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, tendo em vista que os itens 8.5 a 8.11 também são não aplicáveis a Companhia.

8.13

Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

As participações abaixo são aquelas detidas por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal em ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, emitidas por nós, nossos controladores, diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, sendo que não há participações detidas por tais membros em outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas de tais sociedades, em 31 de dezembro de 2024:

Órgão	Ações de emissão da Companhia		Ações de emissão de F.A. Comércio e Participações S.A.		Ações de emissão da Metropolitan Empreendimentos S.A.		Quotas de emissão da T4F Alimentos e Bebidas Ltda.	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Conselho de Administração	30.277.344	44,91%	13.526.514	50,15	1	0,01%	1	0,01%
Diretoria Estatutária	0	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executivo.

8.15 Indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Nº de membros	2,00	5,0	1,84	5,00	5,0	5,0	0,00	0,00	4
Nº de membros remunerados	2,00	2,8	1,84	3,00	3,7	3,7	0,00	0,00	4
Valor da maior remuneração (Reais)	3.882.677	4.373.088	4.373.088	180.000	1.204.629	1.204.629	0	0	34.250
Valor da menor remuneração (Reais)	697.470	785.566	785.566	180.000	1.204.629	1.204.629	0	0	34.250
Valor médio da remuneração (Reais)	2.290.073	2.579.326	2.579.326	180.000	1.204.629	1.204.629	0	0	34.250

Diretoria Estatutária	
31/12/2024	Os membros da Diretoria Estatutária que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses na Companhia.
31/12/2023	Os membros da Diretoria Estatutária que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses na Companhia.
31/12/2022	Os membros da Diretoria Estatutária que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses na Companhia.
Conselho de Administração	
31/12/2024	Os membros do Conselho de Administração que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses na Companhia.
31/12/2023	Os membros do Conselho de Administração que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses na Companhia.
31/12/2022	Os membros do Conselho de Administração que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses na Companhia.
Conselho Fiscal	
31/12/2024	Os membros do Conselho de Administração que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, estão na Companhia desde sua instalação na AGO de 2024.
31/12/2023	Não houve instalação de Conselho Fiscal no período.
31/12/2022	Não houve instalação de Conselho Fiscal no período.

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não possuímos mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores no caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

8.17 Em relação aos últimos 3 exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Prevista para o exercício corrente	31,25%	62,5%	6,5%
Exercício encerrado em 31/12/2024	38,36%	58,45%	3,2%
Exercício encerrado em 31/12/2023	18%	31,35%	-
Exercício encerrado em 31/12/2022	-	85,00%	-

8.18 Em relação aos últimos 3 exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não há quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que não estejam relacionados às funções que os membros ocupam nos órgãos.

8.19 Em relação aos últimos 3 exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há quaisquer valores pagos a título de remuneração a membros de nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de nossas controladas, nos últimos três exercícios sociais.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Entendemos que nos itens anteriores prestamos todas as informações relevantes referentes à remuneração dos administradores.

